

SINISTRO 3190272846 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA FRANCISCO NASCIMENTO****COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev Vida e Previdência S/A-Filial Rio Branco-AC**BENEFICIÁRIO FRANCISCO NASCIMENTO****CPF/CNPJ:** 09119175272**Posição em 26-06-2019 15:29:45**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00


Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/05/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Através do presente instrumento particular de mandato Francisco Nascimento poltense, brasileiro aguardante, portador da cédula de identidade n.º 59839 SSP/AC, inscrito no CPF sob o nº 094.484.752-72 residente e domiciliado na Rua Rm. Iguari Km 02, Nº 3100, , Bairro: PB 317, CEP 69.925-000 na cidade de Senador Guiard-AC, nomeia e constitui como seus procuradores e advogados, **DOUGLAS DIAS DO CARMO** OAB/RO 10022 e **GUSTAVO MUNARIN CAPELASO** OAB/RO 10307, outorgando-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer com ou sem reservas de poderes, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

Francisco Nascimento

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO		
AC		
NOME FRANCISCO NASCIMENTO		
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 59839 SSP AC	
	CPF 091.191.752-72	DATA NASCIMENTO 26/02/1955
	FILIAÇÃO MARIA MADALENA DO NASCIMENTO	
	PERMISSÃO 0000000000	ACC 00000000
CAT. HAB. B		
Nº REGISTRO 00612574630	VALIDADE 24/05/2022	1ª HABILITAÇÃO 04/05/1999
OBSERVAÇÕES		
ASSINATURA DO PORTADOR <i>Francisco Nascimento</i>		
LOCAL RIO BRANCO, AC	DATA EMISSÃO 25/05/2017	
ASSINATURA DO EMISSOR <i>Pedro Luís Longo</i> Pedro Luís Longo Diretor Geral Detran / AC		
67920000786 AC407517782		
ACRE		

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1423425704

PROIBIDO PLASTIFICAR
1423425704

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Francisco Nascimento, brasileiro
inscrita no RG nº 59838 SSP/AC, CPF nº 094.484.752-72
residente e domiciliada na rua Rm. Iguari km 02, Nº 3409
Bairro: TRE 307, na cidade de Serador Guionand, AC
declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta
demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois,
para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, previsto no artigo
98 do Código de Processo Civil c/c Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da
acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que
estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no
artigo 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Rio Branco, 10/Fevereiro de 2020

Francisco Nascimento



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE
VIOLENCIA - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 011264/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 01/04/2019 09:53 Data/Hora Fim: 01/04/2019 10:15
Origem: Polícia Judiciária
Delegado de Polícia: Nilton César Boscaro

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher Vítima de Violência
Data/Hora do Fato: 15/01/2019 18:00

Local do Fato

Município: Rio Branco (AC)
Logradouro: BR 317 KM 30

Tipo do Local: Via Pública



Bairro: Zona Rural

Natureza

1224: Deixar o condutor do veículo, em acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública: (Art. 304 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)

Melo(s) Empregado(s)

Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: FRANCISCO NASCIMENTO (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AC - Rio Branco Sexo: Feminino Nasc: 26/02/1955
Profissão: Desempregado Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Maria Madalena do Nascimento

Endereço

Município: Rio Branco - AC
Logradouro: km 30 Ramal Iquiri
Bairro: ZONA RURAL
Telefone: (68) 99999-6758 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Rio Branco - AC

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante/vítima veio a esta especializada registrar que estava indo deixar a moto do seu genro, quando um motociclista foi desviar de um buraco e lhe fechou, o tirando do afasto chegando a cair na beira da estrada. Que o motociclista não prestou nenhum tipo de assistência, nem chegando a parar. Que o comunicante quebrou o calcanhar esquerdo e está ainda tratamento. A moto que vítima estava era a Honda/CG150 FAN placa NAD6666. Pede assim as medidas cabíveis.



Delegado de Polícia Civil: Nilton César Boscaro
Impresso por: Ana Carla Sancho Carvalho de Souza
Data de Impressão: 01/04/2019 10:15
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE
VIOLÊNCIA - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 011264/2019

ASSINATURAS

Ana Carla Sancho

Ana Carla Sancho Carvalho de Souza
 Responsável pelo Atendimento

Francisco Nascimento

Francisco Nascimento
 (Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Nilton César Boscaro

Nilton César Boscaro
 Delegado(a) de Polícia



Delegado de Polícia Civil: Nilton César Boscaro
 Impresso por: Ana Carla Sancho Carvalho de Souza
 Data de Impressão: 01/04/2019 10:15
 Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



RECEITUÁRIO MÉDICO

PACIENTE: Laudo

Atento que o Sr. Francisco Nascimento, RG 59.839 SSP AC, sofreu acidente de trânsito no dia 15/01/19 apresentando fratura de calcâneo esquerdo sendo substituído a cirurgia ortopédica com 2 parafusos. No exame físico apresenta excitação e náuseas de 1 cm no forro posterior do calcâneo esquerdo, grande aumento de volume do tornozelo, limitação funcional na flexo-extensão do tornozelo (+), marcha claudicante e redução da força muscular da membrana posterior e portador de Defeito definitivo no M.I.E.

DATA: 25/4/19

José A. Silverio C.
Médico Ortopedista
CRM 463-AC

ASSINATURA DO PROFISSIONAL

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO ACRE - CNPJ: 04.039.178.0001/05
RUA ALVORADA, Nº 54 BOSQUE - RIO BRANCO - ACRE
CEP: 69.909-380 - FONE: 3223-4608



Caleta as 23:15

MS/DATASUS		HOSPITAL DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DE RIO BRANCO	
No. DO BE: 2609522		DATA: 15/01/2019	HORA: 20:43
CNS: 707803620185713		SETOR: 04-EMERG. CIRURGICA E TRAUMA	USUARIO: RENIS
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: FRANCISCO NASCIMENTO	DOC...:	RG59839
IDADE.....	: 63 ANOS	NASC:	26/02/1955
ENDERECO.....	: BR 317 KM 30 RAMAL BEIXA VERDE COL.SANTA	SEXO...:	MASCULINO
COMPLEMENTO....	: FE	BAIRRO:	ZONA RURAL
MUNICIPIO.....	: RIO BRANCO	UF:	AC
NOME PAI/MAE...		CEP....:	69900-000
RESPONSAVEL....	: GENRO-RAILSON ALMEIDA DA SILVA	/MARIA MADALENA DO NASCIMENTO	
PROCEDENCIA....	: RODOVIA - BR 317	TEL....:	99967-2932
ATENDIMENTO....	: ACIDENTE DE TRANSITO	GENRO	
CASO POLICIAL..:	SIM	PLANO DE SAUDE....:	NAO
ACID. TRABALHO:	NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	SIM
TRAUMA:	SIM		
PA[X mmHg]	PULSO[]	TEMP.[]	PESO[]
EXAM.COMPL.[]	RAIO X[]	SANGUE[]	URINA[]
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS:	[] SIM [] NAO	ECG[]	ULTRASSONOGRAFIA
DADOS CLINICOS:		DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /	
OBS. ENFERMAGEM: CLASSIF. RISCO: [VERDE] [AMARELO] [VERMELHO] [AZUL]			
ESCALA DA DOR: [SEM DOR] [LEVE] [MODERADA] [INTENSA]			
DIAGNOSTICO:		DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /	
PRESCRICAO		HORARIO DA MEDICACAO	
<p><i>fratura colar de humero direito</i></p> <p><i>fratura de humero direito</i></p> <p><i>fratura de humero direito</i></p>			
DATA DA SAIDA: / /		HORA DA SAIDA: :	
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO		[] DESISTENCIA	
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO			
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):			
TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):			
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS		[] FAMILIA [] ANAT. PATOL.	
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL		ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO	

SAME / HUERB

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

HOSPITAL DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DE RIO BRANCO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 94983
 Numero do CNS.....: 707803620185713
 Nome.....: FRANCISCO NASCIMENTO
 Documento.....: RG59839 Tipo :
 Data de Nascimento: 26/02/1955 Idade: 63 anos
 Sexo.....: MASCULINO
 Responsavel.....:
 Nome da Mae.....: MARIA MADALENA DO NASCIMENTO
 Endereco.....: BR 317 KM 30 RAMAL BEIXA VERDE COL. FE
 Bairro.....: ZONA RURAL Cep.: 69900-000
 Telefone.....: 99967-2932GENRO
 Municipio.....: 1200401 - - AC
 Nacionalidade.....: BRASILEIRO
 Naturalidade.....: ACRE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 2609522
 Clinica.....: 008 - CLIN.MED.CIRURGICA BL "B"
 Leito.....: 999.0127
 Data da Internacao: 15/01/2019
 Hora da Internacao: 21:00
 Medico Solicitante: 308.064.022-53 - JOSE LEONARDO CONTREIRAS ZURITA
 Proced. Solicitado: 04.08.05.053-5
 Diagnostico.....: S92.0
 Identif. Operador.: DE PAULA

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
 Dt.Hr Saida:
 Especialidade:
 Tipo de Saida:
 CID Principal:
 CID Secundario:
 Principal:
 Secundario:
 Outro: 276333936

SAME / HUERB

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

121910005098-2

Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		4 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		10 - RAÇA/COR	
Francisco Nascimento		10.1 - ETNIA	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		9 - SEXO	
7078103620185713		Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3	
8 - DATA DE NASCIMENTO		12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
26/02/1955			
11 - NOME DA MÃE		14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
Matus Madalena do Nascimento			
13 - NOME DO RESPONSÁVEL			
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)			
BR 317 Km 30 - Ramal Baixa Verde - Col. Santa Zera Rural			
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	
Rio Branco		AC	
		18 - UF	
		19 - CEP	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS			
pt com htem d acido d lante otigado fuzdo e lhaes esqdo e dntes fcs			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO			
pt com htem d lante otigado e dntes fcs			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)			
fratura Coleiras Esqueto			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL			
24 - CID 10 PRINCIPAL			
25 - CID 10 SECUNDÁRIO			
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS			
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
29 - CLÍNICA		30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	
31 - DOCUMENTO		32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE	
() CNS () CPF			
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
Dr. Roberto Costa		25-01-19	
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)			
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO		39 - CNPJ DA SEGURADORA	
37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO		40 - Nº DO BILHETE	
38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO		41 - SÉRIE	
42 - CNPJ EMPRESA		43 - CNAE DA EMPRESA	
		44 - CBOR	
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA			
() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO			
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR	
48 - DOCUMENTO		52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
() CNS () CPF			
49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
1/1		Med. Rui Pinto CPF 11.511.277-68	

Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
HUEB			
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Francisco Nascimento			
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
0101803620185713		26/12/1955	
9 - SEXO		10 - RAÇA/COR	
Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>		10.1 - ETNIA	
11 - NOME DA MÃE		12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
Mami Marielena do Nascimento		DDD	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL		14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		DDD	
BR-21 Km 30 - Ramal Paixão Verde. Col. Santa - Zona rural			
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	
Rio Branco		18 - UF	
		19 - CEP	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS			
<p>pt. les. fêmur e osso do humero (após fratura e fixação externa) e lesão no</p>			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO			
<p>pt. les. fêmur e osso do humero (após fratura e fixação externa)</p>			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)			
<p>Pré-luz Cateterismo Externo</p>			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL		24 - CID 10 PRINCIPAL	
25 - CID 10 SECUNDÁRIO		26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
29 - CLÍNICA	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	31 - DOCUMENTO	32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
		() CNS () CPF	
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
Dr. Roberto (outra)			
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)			
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO		39 - CNPJ DA SEGURADORA	
37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO		40 - Nº DO BILHETE	
38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO		41 - SÉRIE	
		42 - CNPJ EMPRESA	
		43 - CNAE DA EMPRESA	
		44 - CBOR	
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA			
() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO			
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR	
		52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
48 - DOCUMENTO		49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
() CNS () CPF			
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
1/1		<p>Med. Rui Pinto</p> <p>CPF 132.571.877-68</p> <p>do Prontuário</p>	

HOSPITAL DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE RIO BRANCO

LAUDO DE ECOCARDIOGRAMA

PACIENTE: Francisco Nascimento IDADE: 63 anos
 DATA NASC.: 26/02/55 - LEITO: CCB
 DATA: 16/01/19 MÉDICO SOLICITANTE:

PESO : Kg / ALT : cm / FC : bpm / RITMO : Regular

Medidas:

- AORTA: 34 mm / - ATRIO ESQUERDO: 38 mm
- ATRIO DIREITO: normal
- VENTRÍCULO DIREITO: 20 mm
- SEPTO: 11 mm / Parede Posterior: 10 mm
- VENTRÍCULO ESQUERDO: DDVE: 56 mm x DSVE: 35 mm / FE 67 %

VALVAS:

MITRAL : Reflexo leve a moderado. Espessab. f. anterior normal.
 TRICUSPIDE: Reflexo leve a moderado; PSAP = 30MMHG
 AORTICA : Reflexo leve
 PULMONAR: Normal

Contração segmentar do VE: conservada

Câmaras cardíacas: normais

Espessuras Parietais: conservadas

Função diastólica: alt. do Relaxação.

Função sistólica: normal

Aparelho Philips Infinity 50

Exame de facil realização e qualidade técnica.

PERICARDIO: normal

OBSERVAÇÃO: -

DIAGNÓSTICO:

- 1- Difusão Diastólica tipo I VE
- 2- Insuficiência Mi e Trc leve a mod
- 3- Insuf. do len

- 4- Espessab. folheto mitral V-M-trap
- 5- -
- 6- -

Eduardo Vasconcelos Passos
 Cardiologia/Ecocardiografia
 CRM - AC 1656

Thiago da Costa Santos
 Cardiologia/Ecocardiografia
 CRM - AC 1691

SAME / HUEB
 CÓPIA
 CONFORME ORIGINAL



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE RIO BRANCO

PEDIDO DE AVALIAÇÃO

DA CLÍNICA: Ortopedia LEITO Nº À CLÍNICA: Cardiologia

PACIENTE: Francisco Nascimento

MOTIVO DA CONSULTA: RESUMO E DIAGNÓSTICO CLÍNICO:

Paciente de 63 anos, com diagnóstico
de fratura de Calcâneo esquerdo.
Necessita de cirurgia ortopédica.
Solicito Vistos Cirurgico.

NOME DO SOLICITANTE:

[Assinatura]
PRM Ortopedia e Traumatologia
CRM/AC 2217

DATA:/..../.. HORA:

RELATÓRIO DA CONSULTA:

SAME / HUEB
COPIA
CONFORME ORIGINAL

[Assinatura]

Paciente de 63 anos, com diagnóstico
de fratura de Calcâneo esquerdo.
Necessita de cirurgia ortopédica.
Solicito Vistos Cirurgico.

Dr. Eliton Costa
CARDIOLOGISTA
CRM/AC 762

[Assinatura]

NOME DO MÉDICO:

DATA:/..../.. HORA:

Governo do Estado do Acre
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HISTÓRIA CLÍNICA DO PACIENTE

Queixa Principal: *pus com litos d'uma pedra*
na cavidade do test. pe esqto edm engloba
pus

História da Doença Atual: *pus com dor edm d'engloba*
pus pe esqto

História da Doença Anterior: *pus com esqto debilit d'engloba*
pus pe esqto

Exame Físico: *pus na edm d'engloba pus*
R com pus d'proteína do Colágeno

Diagnóstico Provisório: *pus*
Proteína Colágeno esqto

Diagnóstico Definitivo: _____

Motivo da Cobrança: _____

11-ALTA CURA
 12-ALTA MELHORADA
 13-ALTA INALTERADA
 14-ALTA PEDIDO
 15-ALTA INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO
 16-ALTA ADMINISTRATIVA
 17-ALTA POR INDISCIPLINA
 18-ALTA POR EVASÃO
 19-ALTA P/COMPL. EM REGIME AMBULATORIAL
 21-PERMANÊNCIA POR CARACT. PROP. DA DOENÇA
 22-PERMANÊNCIA POR INTERCORRÊNCIA
 23-PERMANÊNCIA POR MOTIVO SOCIAL
 24-POR DOENÇA CRÔNICA
 25-PERMANÊNCIA POR IMPOS. DE CONV. SOC. FAMILIAR
 31-TRANSFERÊNCIA P/ FISIOLÓGICA
 32-TRANSFERÊNCIA P/ PSIQUIATRIA
 33-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA MÉDICA
 34-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA CIRÚRGICA
 35-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA OBSTÉTRICA
 36-TRANSFERÊNCIA P/ BERÇÁRIO
 37-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA PEDIÁTRICA
 38-TRANSFERÊNCIA P/ ISOLAMENTO
 39-TRANSFERÊNCIA P/ OUTROS
 41-ÓBITO COM NECROPSIA ATÉ 24 HS. DA INTERNAÇÃO
 42-ÓBITO COM NECROPSIA ATÉ 48 HS. DA INTERNAÇÃO
 43-ÓBITO COM NECROPSIA APÓS 48 HS. DA INTERNAÇÃO
 44-ÓBITO DA PARTURIENTE C/ NECROPSIA C/ PERM. REC. NASC.

51-ÓBITO S/NECROPSIA ATÉ 24 HS DA INTERN.
 52-ÓBITO S/NECROPSIA ATÉ 48 HS DA INTERN.
 53-ÓBITO S/NECROPSIA APÓS 48 HS DA INTERN.
 54-ÓBITO DA PARTURIENTE S/NECROPSIA C/PERMAM. DO RECÉM-NASCIDO
 61-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. C/MENOS DE 24 HS DA PRIMEIRA CIRURGIA
 62-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. DE 24 À 48 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
 63-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. DE 48 À 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
 64-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. ACIM DE 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
 65-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA COM MENOS DE 24 HS
 66-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA 24 HS À 48 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
 67-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA 48 HS À 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
 68-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA ACIMA DE 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
 69-ALTA DA PARTURIENTE P/OPERAÇÃO C/PERMAN. DO RECÉM-NASCIDO
 71-ALTA DA PARTURIENTE C/PERMANÊNCIA C/RECÉM NASCIDO

SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

SINISTRO 3190272846 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA FRANCISCO NASCIMENTO****COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev Vida e Previdência S/A-Filial Rio Branco-AC**BENEFICIÁRIO FRANCISCO NASCIMENTO****CPF/CNPJ:** 09119175272**Posição em 26-06-2019 15:29:45**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/05/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º	0709184-34.2020.8.01.0001
Classe	Procedimento Comum
Requerente	Francisco Nascimento
Requerido	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Decisão

1) Recebo a petição inicial e defiro a gratuidade judiciária em favor do autor (art. 98, CPC).

2) Designo audiência de conciliação para o dia **03 de fevereiro de 2021, às 13:00 horas, a realizar-se através de videoconferência.**

O autor deverá ser intimado para o ato processual por meio do advogado constituído ou da Defensoria Pública, conforme o caso (art. 334, § 3º, CPC), devendo informar no prazo de cinco dias os endereços eletrônicos ou contato via *Whatsapp* seu e de seu patrono.

O réu deve ser intimado para a audiência através do mesmo ato da citação.

3) Cite-se o réu, fazendo constar no mandado a ressalva de que o prazo para defesa terá início a partir da audiência de conciliação ou de mediação ou da última sessão de conciliação (quando qualquer das partes não comparecer ou, caso compareçam, não haja autocomposição); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, I, do CPC; ou na forma prevista no art. 231, nos demais casos (art. 335 do NCPC).

Também deverá constar a ressalva de que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC).

4) Advirtam-se as partes de que o comparecimento à audiência de conciliação ou mediação é obrigatório, devendo estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, 9º, CPC).

As partes podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10º, CPC).

Advirtam-se as partes, ainda, de que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, CPC).

5) Findo o prazo da defesa, intime-se o autor para manifestação em quinze dias.

Caso o réu não apresente contestação, em sendo a hipótese prevista no art. 348 do CPC, deverá o autor especificar as provas que pretende produzir.

Caso na contestação o réu alegue fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito do autor, ou ainda qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

CPC, ou caso também apresente documentos, o autor deverá se manifestar no prazo assinalado, sendo-lhe permitida a produção de provas (arts. 350, 351 e 437, § 1º, CPC).

6) Na hipótese do autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar sobre os mesmos, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC).

7) Cumpridos os itens anteriores, intimem-se as partes para que especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, bem como indiquem quais são as questões fáticas sobre as quais deve recair a atividade probatória e quais as questões de direito relevantes para a decisão de mérito.

8) Caso alguma das partes postule dilação probatória, venham os autos conclusos para decisão saneadora (fila 05). Caso ambas requeiram o julgamento antecipado do mérito, a conclusão deverá ser para sentença (fila 04).

Intimem-se.

Rio Branco-(AC), 17 de novembro de 2020.

Thaís Queiroz B. de Oliveira A. Khalil
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0171/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Douglas Dias do Carmo (OAB 10022RO)

Forma
D.J

Teor do ato: "1) Recebo a petição inicial e defiro a gratuidade judiciária em favor do autor (art. 98, CPC). 2) Designo audiência de conciliação para o dia 03 de fevereiro de 2021, às 13:00 horas, a realizar-se através de videoconferência. O autor deverá ser intimado para o ato processual por meio do advogado constituído ou da Defensoria Pública, conforme o caso (art. 334, § 3º, CPC), devendo informar no prazo de cinco dias os endereços eletrônicos ou contato via Whatsapp seu e de seu patrono. O réu deve ser intimado para a audiência através do mesmo ato da citação. 3) Cite-se o réu, fazendo constar no mandado a ressalva de que o prazo para defesa terá início a partir da audiência de conciliação ou de mediação ou da última sessão de conciliação (quando qualquer das partes não comparecer ou, caso compareçam, não haja autocomposição); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, I, do CPC; ou na forma prevista no art. 231, nos demais casos (art. 335 do NCPC). Também deverá constar a ressalva de que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC). 4) Advirtam-se as partes de que o comparecimento à audiência de conciliação ou mediação é obrigatório, devendo estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, 9º, CPC). As partes podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10º, CPC). Advirtam-se as partes, ainda, de que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, CPC). 5) Findo o prazo da defesa, intime-se o autor para manifestação em quinze dias. Caso o réu não apresente contestação, em sendo a hipótese prevista no art. 348 do CPC, deverá o autor especificar as provas que pretende produzir. Caso na contestação o réu alegue fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito do autor, ou ainda qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, ou caso também apresente documentos, o autor deverá se manifestar no prazo assinalado, sendo-lhe permitida a produção de provas (arts. 350, 351 e 437, § 1º, CPC). 6) Na hipótese do autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar sobre os mesmos, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC). 7) Cumpridos os itens anteriores, intemem-se as partes para que especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, bem como indiquem quais são as questões fáticas sobre as quais deve recair a atividade probatória e quais as questões de direito relevantes para a decisão de mérito. 8) Caso alguma das partes postule dilação probatória, venham os autos conclusos para decisão saneadora (fila 05). Caso ambas requeiram o julgamento antecipado do mérito, a conclusão deverá ser para sentença (fila 04). Intimem-se."

Do que dou fé.
Rio Branco, 17 de novembro de 2020.

Escrivã(o) Judicial

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0171/2020, foi disponibilizado na página 14/19 do Diário da Justiça Eletrônico em 18/11/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 23/11/2020, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
20/11/2020 - Assinatura do Tratado de Petrópolis - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Douglas Dias do Carmo (OAB 10022RO)	5	27/11/2020

Teor do ato: "1) Recebo a petição inicial e defiro a gratuidade judiciária em favor do autor (art. 98, CPC). 2) Designo audiência de conciliação para o dia 03 de fevereiro de 2021, às 13:00 horas, a realizar-se através de videoconferência. O autor deverá ser intimado para o ato processual por meio do advogado constituído ou da Defensoria Pública, conforme o caso (art. 334, § 3º, CPC), devendo informar no prazo de cinco dias os endereços eletrônicos ou contato via Whatsapp seu e de seu patrono. O réu deve ser intimado para a audiência através do mesmo ato da citação. 3) Cite-se o réu, fazendo constar no mandado a ressalva de que o prazo para defesa terá início a partir da audiência de conciliação ou de mediação ou da última sessão de conciliação (quando qualquer das partes não comparecer ou, caso compareçam, não haja autocomposição); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, I, do CPC; ou na forma prevista no art. 231, nos demais casos (art. 335 do NCPC). Também deverá constar a ressalva de que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC). 4) Advirtam-se as partes de que o comparecimento à audiência de conciliação ou mediação é obrigatório, devendo estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, 9º, CPC). As partes podem constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10º, CPC). Advirtam-se as partes, ainda, de que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, CPC). 5) Findo o prazo da defesa, intime-se o autor para manifestação em quinze dias. Caso o réu não apresente contestação, em sendo a hipótese prevista no art. 348 do CPC, deverá o autor especificar as provas que pretende produzir. Caso na contestação o réu alegue fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito do autor, ou ainda qualquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, ou caso também apresente documentos, o autor deverá se manifestar no prazo assinalado, sendo-lhe permitida a produção de provas (arts. 350, 351 e 437, § 1º, CPC). 6) Na hipótese do autor instruir a réplica com novos documentos, deverá o réu ser intimado para se manifestar sobre os mesmos, no prazo de quinze dias (art. 437, § 1º, CPC). 7) Cumpridos os itens anteriores, intemem-se as partes para que especifiquem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir, bem como indiquem quais são as questões fáticas sobre as quais deve recair a atividade probatória e quais as questões de direito relevantes para a decisão de mérito. 8) Caso alguma das partes postule dilação probatória, venham os autos conclusos para decisão saneadora (fila 05). Caso ambas requeiram o julgamento antecipado do mérito, a conclusão deverá ser para sentença (fila 04). Intimem-se."

Do que dou fé.
Rio Branco, 18 de novembro de 2020.

Escrivã(o) Judicial



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0709184-34.2020.8.01.0001
Classe Procedimento Comum
Requerente Francisco Nascimento
Requerido Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

CARTA DE CITAÇÃO E DE INTIMAÇÃO

(Procedimento Comum com Audiência – art. 334 do CPC/2015)

DESTINATÁRIO **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608/0001-04, RUA DA ASSEMBLÉIA - 18º ANDAR, 100, e-mail PRESIDENCIA@SEGURADORALIDER.COM.BR, CENTRO, CEP 20011-904, Rio de Janeiro - RJ.

FINALIDADE Fica o destinatário acima **INTIMADO** para comparecer à **AUDIÊNCIA** de conciliação, designada para o dia **03/02/2021, às 13:00h**, a ser realizada por videoconferência, por meio do seguinte link: <https://cnj.webex.com/meet/antonia.Moreira>, e **CITADO** para, querendo, oferecer **contestação**, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da data da audiência, se não houver acordo entre as partes, ou, ainda, nas demais hipóteses do art. 335, do Código de Processo Civil, tudo nos termos da petição inicial e da decisão judicial.
FICA INTIMADO para que informem endereço eletrônico ou contato via aplicativo Whatsapp no prazo de cinco dias, a ser informado através de advogado constituído (caso habilitem) ou através do telefone (68) 3211-5469 da unidade judiciária, habilitado com o aplicativo Whatsapp.

ADVERTÊNCIAS **a)** não sendo contestada a ação, no prazo mencionado, o destinatário será considerado revel e as alegações de fato formuladas pela parte autora serão presumidas verdadeiras (art. 344 do CPC/2015);
b) o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (art. 334, § 8º, do CPC/2015).

OBSERVAÇÃO Em se tratando de processo eletrônico, a visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e da decisão judicial que determinou a citação, poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Poder Judiciário na internet, com uso da **senha anexa**, no endereço <http://www.tjac.jus.br>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga a anexação (Provimento COMAG nº 3, de 4.10.2012).

SEDE DO JUÍZO Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5471, Rio Branco-AC - E-mail: vaciv2rb@tjac.jus.br.

Carta expedida e subscrita por ordem do(a) Juíza de Direito Thaís Queiroz B. de Oliveira A. Khalil, em analogia ao disposto no artigo 250, inciso VI, do CPC/2015.

Rio Branco-AC, 02 de dezembro de 2020.

Charles Augusto Pires Gonçalves
Diretor de Secretaria